



FEDERAÇÃO
DE ANDEBOL
DE PORTUGAL

**CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
E
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

ÉPOCA DESPORTIVA 2015-2016

Outorgantes:

- 1. – Federação de Andebol de Portugal**
- 2. – Associação de Andebol de Castelo Branco**



FEDERAÇÃO
DE ANDEBOL
DE PORTUGAL

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Considerando:

Que a Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – LBAFD), que define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, veio estabelecer um novo modelo de organização das Federações, Clubes e Associações Territoriais, estipulando a obrigatoriedade de entre outros, possuírem contabilidade organizada, bem como, para o efeito de beneficiarem de apoios financeiros, terem que estar em situação de cumprimento das suas obrigações fiscais e de segurança social – art.º 46.º n.º 5 e 7 – estipulando-se igualmente o regime regra dos Contratos Programa no art.º 47.º do Diploma citado;

Que, no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo supramencionado diploma, foi publicado em 31 de Dezembro de 2008 o DL n.º 248-B/2008, que veio definir o novo regime jurídico das Federações Desportivas e as condições de atribuição do estatuto de Utilidade Pública Desportiva, aí clarificando-se que as organizações de Clubes e Associações Distritais ou Regionais, com funções de organização, disciplina e promoção da modalidade na sua área de intervenção, exerçam essas funções por delegação da Federação Desportiva em que se inserem, estando as Associações Regionais subordinadas às orientações provindas da Federação e dispondo esta dos meios necessários para fazer valer as suas orientações;

Que recentemente foi publicado o DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro, que veio definir o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, estabelecendo no art.º 7.º que os apoios financeiros atribuídos pelas Federações Desportivas às Associações Regionais ou Distritais são obrigatoriamente titulados por Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, celebrados nos termos do citado diploma.



FEDERAÇÃO
DE ANDEBOL
DE PORTUGAL

Considerando ainda,

Na sequência da outorga dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, celebrados em 2015 entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. e a Federação de Andebol de Portugal, cujo objeto é a execução do Programa de Atividades Regulares (AR), que a Federação se propõe a levar a efeito,

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo e delegação de competências na Associação de Andebol de Castelo Branco, para a Época 2015/2016;

Entre:

A FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL, Pessoa Coletiva de Direito Privado e Utilidade Pública Desportiva, contribuinte fiscal nº 501 361 375, com sede na Calçada da Ajuda, 63-69, em Lisboa, adiante designado por FAP, representada neste ato pelo seu Presidente, Dr. Ulisses Manuel Brandão Pereira, bem como pelo Vice-Presidente, Dr. Augusto Silva.

e

A ASSOCIAÇÃO DE ANDEBOL DE CASTELO BRANCO, NIPC 501 927 166, com sede na Rua da Piscina, Antigo Restaurante, em Castelo Branco, representada neste ato pelo seu Presidente, Sr. Ildeu Bueno Correia,



CLÁUSULA 1ª

Objeto do contrato

1. Constitui objeto do presente contrato, conceder à Associação mencionada anteriormente os apoios financeiros, técnicos e outros, visando a complementaridade da execução por parte da Associação do Programa de **Atividades Regulares (AR)**, que a Federação apresentou no IPDJ, I.P. e se propõe a levar a efeito no decurso do corrente ano, bem como o desenvolvimento do trabalho realizado no âmbito dos Projetos de Desenvolvimento Regional e Desportivo.
2. Pelo presente contrato, a Federação delega igualmente na Associação as competências melhor definidas na cláusula 2.ª infra e para os fins compreendidos no âmbito da presente cláusula.
3. Para além das finalidades descritas no número 1) da presente cláusula, o presente contrato-programa prossegue os objetivos estabelecidos no artigo 8.º do DL n.º 273/ 2009, com as necessárias adaptações.
4. O conteúdo dos programas de desenvolvimento desportivo a que a Associação se vincula obedece ao disposto nos artigos 11.º, 12.º e 15.º do DL n.º 273/2009, com as devidas adaptações.

CLÁUSULA 2ª

Delegação de competências

1. Pelo presente Contrato a Federação delega na Associação, pelo período definido na cláusula 3.ª e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 31.º do DL n.º 248-B/ 2008, de 31 de Dezembro, as competências de organização e promoção da modalidade na sua área de intervenção territorial, para os fins genéricos e específicos definidos na cláusula 1.ª do presente contrato.



2. Para além da delegação genérica de competências estipulada supra, a Federação delega, ainda, na Associação, pelo período definido na cláusula 3.^a e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 31.º do DL n.º 248-B/ 2008, de 31 de Dezembro, as competências específicas de organização, na sua área de intervenção territorial, das seguintes provas (Nacionais Não fixas):

- a) PO3: 1ª Fase Campeonato Nacional Seniores Masculinos 3ª Divisão – Zona 3
- b) PO7: 1ª Fase Campeonato Nacional Juvenis Masculinos 2ª Divisão – Zona 4
- c) PO10: 1ª Fase Campeonato Nacional Seniores Femininos 2ª Divisão – Zona 3
- d) PO12: 1ª Fase Campeonato Nacional Juvenis Femininos – Zona 4
- e) PO13: 1ª Fase Campeonato Nacional Iniciados Femininos – Zona 4
- f) PO14: 1ª Fase Encontro Nacional Infantis Femininos – Zona 5
- g) PO15: 1ª Fase Encontro Nacional Infantis Masculinos – Zona 5

Conforme oportunamente publicitado no Portal do Andebol, através do Comunicado Oficial n.º 25 de 4 de Setembro de 2015.

3. A Associação Regional está subordinada aos Estatutos e Regulamentos da Federação, bem como às orientações dela providas dispondo a Federação dos meios legais, estatutários e regulamentares necessários para fazer valer as suas orientações.

CLÁUSULA 3ª

Período de vigência do contrato

1. O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entra em vigor em 1 de Agosto de 2015 e cessa a sua vigência em 31 de Julho de 2016.

2. A delegação de competências, genérica e específica, efetuada e prevista na cláusula 2.^a produz efeitos pelo período em que vigorar o presente contrato-programa e cessa na mesma data deste último.



CLÁUSULA 4ª

Apoios e Participação Financeira

1. A participação financeira a prestar pela Federação à Associação de Andebol de Castelo Branco para apoio às atividades mencionadas no objeto e no âmbito das finalidades aí previstas, designadamente, a execução do Projeto de Desenvolvimento da Prática Desportiva e de Desenvolvimento Regional, referido na cláusula 1ª, é do montante de 3.000,00 € (três mil euros), sendo:

- a) O montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos mil euros), referente ao Projeto de Desenvolvimento dos Quadros de Arbitragem;
- b) O montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), referente ao Projeto de Desenvolvimento do Número de Clubes.

2. A alteração dos fins a que se destina a participação financeira prevista neste contrato só poderá ser feita mediante autorização da Federação, com base em proposta fundamentada da Associação de Andebol de Castelo Branco.

3. Os apoios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato-programa encontram-se exclusivamente afetos aos fins estabelecidos na cláusula 1.ª

CLÁUSULA 5ª

Obrigações da Associação de Andebol de Castelo Branco

1. São obrigações da Associação de Andebol de Castelo Branco:
 - a) Cumprir com todas as finalidades compreendidas no objeto do Contrato, descritas na cláusula 1.ª;
 - b) Executar o Plano de Atividades e respetivo Orçamento, apresentados na Federação e que constituem o objeto do presente contrato, de forma a atingir os objetivos nele expressos;
 - c) Prestar todas as informações, bem como apresentar comprovativos da efetiva realização das despesas acerca da execução do presente Contrato de Desenvolvimento, sempre que solicitados pela Federação;



- d) Entregar até 01/09/2016 o Relatório Desportivo referente à época 2015/2016 e o Balancete Analítico por centro de custo;
 - e) Apresentar até 01/09/2016 o Plano de Atividades a desenvolver na época desportiva 2016/2017, bem como o respetivo Orçamento.
2. Constituem, ainda, obrigações especiais da Associação cumprir com todas as obrigações decorrentes dos Estatutos e Regulamentos da Federação, bem como, em especial, as decorrentes do DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro que, pelo presente, declara expressamente conhecer.

CLÁUSULA 6ª

Incumprimento das Obrigações da Associação de Andebol de Castelo Branco

1. O incumprimento, por parte da Associação de Andebol de Castelo Branco das obrigações referidas na cláusula anterior, implicará a suspensão dos apoios e participações financeiras e outras, por banda da Federação de Andebol de Portugal.
2. O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), e d) da cláusula anterior, por razões não fundamentadas, confere à Federação o direito de resolução do contrato.
3. O incumprimento das obrigações supramencionadas por parte da Associação determina, ainda, a suspensão ou reversão das competências delegadas e mencionadas na cláusula 2.ª.

CLÁUSULA 7ª

Obrigações da Federação de Andebol de Portugal

Constituem obrigações da Federação prestar os apoios e participações mencionados na cláusula 4.ª, desde que cumpridas as obrigações por parte da Associação, bem como verificar o exato cumprimento das finalidades do presente contrato e o desenvolvimento do Plano de Atividades apresentado pela Associação de Andebol de Castelo Branco, procedendo ao auxílio, acompanhamento e controlo da sua execução.



A Federação de Andebol de Portugal garante a isenção de pagamento de inscrição de atletas e taxas de seguro, bem como do pagamento de taxas de filiação ou participação em provas, durante o período de 2 anos, a todos os clubes que iniciem a prática da modalidade de Andebol, nos escalões até Iniciados (inclusive).

CLÁUSULA 8ª

Cessação do Contrato

1. A vigência do presente contrato cessa:
 - a) Quando estiverem cumpridos os objetivos e concluído o programa de atividades que constituem o seu objeto;
 - b) Quando, por causa não imputável à Associação de Andebol de Castelo Branco, se torne objetiva e definitivamente impossível a execução do Plano de Atividades;
 - c) Quando a Federação exerça o seu direito de resolver o Contrato;
 - d) Com o incumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato por banda da Associação.

2. A cessação do Contrato efetua-se nos termos do disposto no art.º 26.º, n.º 2 do DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

3. A cessação do Contrato poderá conferir direito de restituição à Federação, nos termos do art.º 29.º do DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

CLÁUSULA 9ª

Publicitação dos apoios

O presente contrato-programa é publicitado no *site* da entidade concedente, para cumprimento do dever estabelecido no DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

No demais, aplica-se o disposto nos Estatutos e Regulamentos da modalidade, bem como no Decreto-Lei supracitado.



FEDERAÇÃO
DE ANDEBOL
DE PORTUGAL

Lavrado em duplicado, em Lisboa, em 15-01-2016.

O Presidente

O Presidente

Federação de Andebol de Portugal

Associação de Andebol de Castelo Branco

O Vice-Presidente

Federação de Andebol de Portugal